



O NEOLIBERALISMO ULTRARADICAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO A MORADIA DIGNA NO BRASIL

Rayssa Lobo de Lacerda¹
Rafael Faleiros de Padua²

RESUMO

Em um contexto de ofensiva neoliberal ultraradical, que tem imposto vários desafios ao financiamento das políticas urbanas e consequentemente às cidades. O presente trabalho centra-se numa proposta de cunho investigativo que objetiva analisar os impactos da lógica neoliberal ultraradical do governo Bolsonaro na Política de Habitação de Interesse Social. Apresentando os consideráveis impactos da austeridade fiscal na política de habitação do país, que culminou na progressiva diminuição dos recursos até a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida e a criação do novo programa habitacional Casa Verde e Amarela. Mudanças que tem apontado para a realidade da negação do acesso da população de baixa renda ao direito à moradia digna no país.

Palavras-chave: Neoliberalismo ultraradical; Habitação de interesse social; Direito à moradia digna.

ABSTRACT

In a context of ultra-radical neoliberal offensive, which has imposed several challenges to the financing of urban policies and, consequently, to cities. The present work focuses on an investigative proposal that aims to analyze the impacts of the ultra-radical neoliberal logic of the Bolsonaro government on the Social Interest Housing Policy. Presenting the considerable impacts of fiscal austerity on the country's housing policy, which culminated in the progressive reduction of resources until the end of the Minha Casa Minha Vida Program and the creation of the new housing program Casa Verde e Amarela. Changes that have pointed to the reality of the denial of the low-income population's access to the right to decent housing in the country.

Keyword: Ultra-radical neoliberalism; Housing of social interest; Right to decent housing.

INTRODUÇÃO

Diante de um contexto de crise do capital, assiste-se ao avanço do neoliberalismo ultraradical em algumas partes do mundo. No Brasil, esse avanço se deu com a vitória nas eleições de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república em 2018. A sua vitória

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rayssab.lacerda@gmail.com.

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, rfpadua@hmail.com.



representou uma forte inflexão conservadora, com grandes impactos em diversos setores da sociedade brasileira.

Com forte discurso liberal desde as eleições presidenciais, o seu governo tem dado continuidade à política econômica adotada pelo governo de Michel Temer, recolocando de forma ainda mais radical na ordem do dia as reformas neoliberais.

O governo tem implementado ações que visam diminuir os gastos sociais e as intervenções econômicas do Estado, como o esvaziamento de políticas sociais, a entrega do patrimônio público a iniciativa privada, o sucateamento dos serviços públicos e o desmanche de direitos trabalhistas e previdenciários - sob a promessa de que o mercado atenderá essas demandas e restabelecerá a economia.

No que diz respeito às políticas sociais, o governo tem dado continuidade, de maneira progressiva, ao desmonte dessa área. Os desdobramentos da política econômica adotada, com o seu obsessivo propósito de contenção, a qualquer custo, do déficit público, tem resultado na redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento de serviços sociais a classe trabalhadora.

Nesse contexto, a política urbana e as cidades brasileiras têm sofrido graves retrocessos com a descontinuidade na implementação de políticas urbanas anteriormente em curso, com o corte nos investimentos e com a adoção de novas regulações que beneficiam o mercado, medidas essas que resultam no agravamento da violação de direitos, no desmonte de conquistas sociais alcançadas e na negação do direito à cidade.

A limitação dos gastos públicos atingiu vários programas sociais, que sofreram drásticos cortes nos seus recursos e passaram por reformulações, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV foi o carro-chefe da política de habitação no país desde 2009, e teve o mérito de proporcionar, pela primeira vez na história das políticas habitacionais do país, grandes subsídios para a produção de moradias para as famílias de baixa renda.

Com dez anos de funcionamento, tendo recebido críticas com relação a alguns aspectos do seu funcionamento e tendo passando por algumas reformulações ao longo do tempo, o programa ofereceu subsídios a famílias de baixa renda possibilitando assim, a um segmento da sociedade até então à margem do mercado imobiliário, o acesso à habitação. Com subsídios de até 96% dos valores financiados, Maricato (2015, p.39) reconhece que “Pela primeira vez na história do Brasil, o governo federal reservou subsídios em volume significativo, para que as camadas de mais baixa renda não ficassem de fora da produção habitacional”.

Contudo, desde o governo de Michel Temer (2016-2018) o programa veio sofrendo com a diminuição no seu aporte de recursos, realidade que se tornou ainda mais aguda no atual



governo. Em agosto de 2020, a extinção do programa foi confirmada com o lançamento do Programa Casa Verde e Amarela, novo programa habitacional do governo.

Dessa forma, diante do exposto, o presente estudo centra-se numa proposta de cunho investigativo que objetiva analisar os impactos da lógica neoliberal ultraradical do governo Bolsonaro na Política de Habitação de Interesse Social. Partindo do pressuposto que as medidas adotadas a nível federal acarretarão na descontinuidade da produção subsidiada para as famílias de baixa renda, impactando no acesso ao direito à moradia digna no país.

O presente estudo se faz importante para a Geografia Urbana, em um contexto em que a crise urbana tem se intensificado, sendo a questão habitacional uma de suas maiores expressões. Assim, as constatações preliminares apontam para necessidade de aprofundamento e relevância em torno dessa realidade, cuja pretensão de estudo será aprofundada em estudos futuros.

APORTE TEÓRICO

O século XX revelou para a humanidade uma gama de acontecimentos que colocaram em evidência as contradições do modo de produção capitalista. Entre esses acontecimentos está a grande crise do capital dos anos de 1970 que abalou a estrutura do sistema como um todo, como afirma Hobsbawm (1995, p. 393) “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”.

Esse contexto de crise estrutural evocou do capital uma série de medidas para o restabelecimento da sua taxa de lucro. O neoliberalismo nasceu após a II Guerra Mundial e consistiu em uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, como afirma Anderson (1995, p. 1) “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

A sua principal base teórica foi o livro de Friedrich Hayek “A Caminho da Servidão”, escrito em 1944. A sua teoria do conhecimento apresenta uma forte rejeição a intervenção do Estado na economia, por essa razão seu propósito era combater o keynesianismo e contribuir para o estabelecimento de um capitalismo duro e livre.

Com a chegada da primeira grande crise do capitalismo, com o esgotamento do modelo econômico do pós-guerra em 1973, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno como uma solução para a retomada do crescimento.



Com as eleições de Margareth Teatcher na Inglaterra em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980, surgiu a oportunidade de pôr em prática o programa neoliberal. Com o passar do tempo, quase todos os países da Europa ocidental haviam abraçado esse projeto e, dessa forma, nos anos 80 a ideologia neoliberal conseguia triunfar nas regiões de capitalismo avançado.

Contudo, é importante destacar que o neoliberalismo não é singular, possuindo variações a depender da especificidade de cada país, como afirma Brown (2018, p.12) “Antes, o neoliberalismo enquanto política econômica, modalidade de governança e ordenamento racional é um fenômeno global e inconstante, diferenciado, não-sistemático e impuro”.

No entanto, as suas principais ideias consistem na manutenção de um Estado mínimo nas intervenções econômicas e nos gastos sociais, mas forte para a manutenção dos interesses do capital. Desse modo, nas palavras de Netto (2012, p.422), “As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público [...]”.

Isso porque para Hayek e seus companheiros a causa da crise estava nos ganhos sociais conquistados pela classe trabalhadora, que exonerava o capital, e na intervenção do Estado na economia, por essa razão segundo Anderson (1995, p.2) “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.

Com todo o mundo capitalista mergulhado em uma longa e profunda recessão, o capital impôs uma série de medidas para recomposição das suas taxas de lucro. Essas medidas guiadas pelo ideário neoliberal tinham como objetivo a flexibilização da produção e das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais e a privatização do patrimônio do Estado.

No plano ideológico, a ascensão do neoliberalismo remonta ao Consenso de Washington, que ocorreu nos EUA em 1989. O referido ‘Consenso’ se caracteriza por um conjunto de regras que deveriam ser aplicadas pelos demais países do mundo, para que os mesmos obtivessem apoio político e econômico dos países centrais e dos organismos internacionais.

Na América Latina, a chegada do neoliberalismo se deu de forma mais tardia, sendo o Brasil o último país a implantar um projeto neoliberal. A sua adesão deu-se devido ao agravamento da crise econômica desencadeada entre os anos 1989-1990 e pelo esgotamento do modelo intervencionista estatal, inaugurado na década de 30.

A partir dos anos de 1990 com o Governo Collor, sob o discurso da necessidade de



modernização, da busca pela estabilidade financeira e do combate à inflação, deu-se início no país a uma série de reformas neoliberais.

O início da adoção do ideário neoliberal no país dá-se com a abertura do mercado e a parceria do governo com a iniciativa privada. Sob a orientação de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo fortaleceu instituições financeiras e o mercado imobiliário, estimulando a parceria entre eles, além de realizar privatizações, cortes nas despesas públicas e desregulamentações.

Após a entrada do país na era neoliberal, houve a construção de um novo modelo econômico, e a redefinição das relações políticas entre as classes que constituíam a sociedade brasileira. Também foram grandes os impactos sentidos pelas mudanças ocorridas na estrutura industrial e nos padrões de emprego do país, com as privatizações, desregulamentações no mundo do trabalho, a desnacionalização, desarticulação da base industrial e reprimarização (FILHO; MORAIS, 2018).

A retirada do Estado enquanto agente econômico produtivo dava-se sob a justificativa da ineficiência do aparelho estatal, como aponta Soares (1995, p.177)

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta era a ideia de que o setor público caracterizava-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário de setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocação” capazes de levar ao crescimento econômico.

Essa ideologia se estendeu para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se também para a área social. O Estado, dessa forma, deveria se afastar de todas as funções que não fossem prioritárias para o desenvolvimento, cumprindo apenas com algumas funções básicas como a educação primária, saúde pública e a criação e manutenção da infraestrutura necessária a reprodução do capital.

No que diz respeito ao espaço urbano, o capital busca moldá-lo segundo às suas necessidades, transformando a cidade em um grande negócio e impondo ações que seguem o caminho contrário aos interesses e necessidades da maior parte da população, o que interfere diretamente na qualidade de vida no meio urbano. As cidades são vistas como mercadorias, e por essa razão se apresentam como espaços divididos, fragmentados.

Por essa razão, que Mészáros (2000, p.2) afirma que “O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas [...]”.



Na década de 1990, a crise urbana se intensifica com o declínio da política urbana, em tempos marcados por intenso ajuste fiscal e pelo recuo dos investimentos em políticas públicas. Nesse período, portanto, não são vistas propostas significativas por parte do Estado na área habitacional.

Os programas existentes, em busca de uma maior eficácia no sistema financeiro, excluíram a população de baixa renda. Além disso, durante o governo Collor percebe-se que os mecanismos de alocação de recursos passam a obedecer a critérios clientelistas.

À vista disso, o Brasil nos anos 90 se encontra diante de um grande paradoxo, visto que ao mesmo tempo em que se conquistavam a ampliação dos direitos sociais através da promulgação da Constituição de 1988, via-se o paradigma neoliberal ganhar força, preconizando um Estado parco nos gastos sociais e estabelecendo a predominância da lógica de mercado.

Nesse contexto, suprime-se a concepção da moradia como um direito, garantido pela Constituição, e a mesma passa a ser vista como uma mercadoria, como afirma Rolnik (2012, p.4) “Desde os anos 1980 e 1990, e aqui falo como relatora, olhando internacionalmente, nós assistimos à transformação da moradia como um direito para a moradia como uma mercadoria, um objeto de consumo a ser produzido e adquirido no mercado”.

Desse modo, os efeitos da doutrina neoliberal, acompanhados pelo fenômeno da globalização, causaram um forte efeito negativo no país, negando à população a efetivação dos direitos conquistados, inclusive no tocante a luta pela reforma urbana e à moradia. Como afirma Maricato (2015, p.29), “As três políticas públicas urbanas estruturais (ligadas à produção do ambiente construído) - transporte, habitação e saneamento- foram ignoradas ou tiveram um rumo errático, com baixo investimento, por mais de 20 anos”.

O neoliberalismo moldou as cidades segundo o planejamento estratégico e o urbanismo do espetáculo e dos megaeventos³ (MARICATO, 2018), sem levar em consideração as maiores necessidades do coletivo. Nesse contexto de abandono do Estado provedor, e a sua consequente retração nos investimentos em políticas públicas, percebe-se no início dos anos 90 uma agudização da questão habitacional.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) há uma fase de ampliação e consolidação do projeto neoliberal. Sob o discurso da necessidade de ajuste fiscal, incutido sob a falsa ideia de que o maior problema do país era o déficit público, foi-se implementado várias políticas que visavam o equilíbrio financeiro (PORTO, 2009).

³ Muitos recursos foram disponibilizados no país em grandes obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, seguido por uma gigantesca operação imobiliária que expulsou milhares de pessoas pobres para as periferias.



Dessa forma, a política econômica adotada pelo referido governo trouxe resultados desastrosos para as políticas sociais, resultado da redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento dos serviços sociais para a classe trabalhadora.

Na gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi dada continuidade ao projeto neoliberal, consolidando a histórica contradição entre o projeto defendido pelo partido nos anos de 1980 e o que foi de fato posto em prática. Contudo, com a adoção de uma variante híbrida do sistema neoliberal chamada desenvolvimentista, que possibilitou uma melhoria significativa no desempenho econômico e na criação de empregos, possibilitando a redução considerável da pobreza e das desigualdades (FILHO; MORAIS, 2018).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) alcançou hegemonia com a conciliação de interesses contraditórios, garantindo lucros aos empresários e banqueiros, aumento dos postos de trabalho e da capacidade de consumo, e melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora.

Com a crise financeira internacional de 2008, que impactou a economia brasileira, uma das medidas adotadas pelo governo foi o aumento do investimento público em habitação. Entre as ações adotadas destaca-se a criação do PMCMV em 2009, com o intuito de estimular o setor da construção civil

Em um contexto de crise e recessão econômica no governo Lula e, posteriormente, no governo de Dilma Rousseff, a construção civil segundo Maricato (2015, p.36) “[...] foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico”, garantindo que o país não fosse tão afetado pela crise.

Mostrando assim, o importante papel da cadeia da construção civil para o desenvolvimento econômico e social. Por se tratar de um ramo lucrativo para o capital, este tem sido frequentemente ativado mediante estímulos e subsídios através do fundo público para dinamizar a economia, visto que, constitui um dos responsáveis pela ampliação dos postos de trabalho e pela redução do índice de desemprego, além de atender as demandas postas pelo crescimento demográfico e pelo grande déficit habitacional acumulado ao longo do tempo, devido à ausência de políticas públicas.

Desenhado pela Casa Civil em parceria com os maiores empresários do setor, o PMCMV ofereceu condições para o financiamento de moradias nas áreas urbanas, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise e diminuir o déficit habitacional brasileiro que em 2009 era estimado em 5.998 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012). O programa priorizou famílias com renda de até três salários mínimos, parcela da população onde está concentrado a maior parte do déficit habitacional, embora também atendesse famílias com



renda de até dez salários mínimos, o que representou um avanço para a política de habitação social.

O governo de Dilma (2011- agosto de 2016) tinha como objetivo o crescimento econômico e a distribuição de renda por meio do fortalecimento das políticas econômicas novo-desenvolvimentistas (FILHO; MORAIS, 2018). Nesse contexto, continuou-se a destinar volumosos recursos para o programa, dinamizando a economia e garantindo as famílias de baixa renda o acesso a moradia.

Com a retirada do PT do governo central assume a presidência Michel Temer, que se comprometeu com a implantação de “[...] uma estratégia de acumulação baseada em uma variante internacionalizada e altamente excludente do neoliberalismo” (FILHO; MORAIS, 2018, p.237).

O governo de Michel Temer (agosto de 2016-2018), em apenas dois anos e seis meses de mandato, conseguiu alcançar êxito na realização de reformas de cunho neoliberal extremamente nefastas do ponto de vista social, como a reforma trabalhista, a do ensino médio, a Emenda Constitucional 95/2016 - que estabeleceu o teto dos gastos públicos para os próximos vinte anos - e o projeto que autoriza a terceirização em todas as atividades das empresas.

Em um contexto de sucessíveis contingenciamentos no Orçamento da União e insensível com relação a questões sociais, o governo Temer defendeu a redução do papel do Estado na execução de políticas sociais e urbanas, havendo assim, a diminuição considerável dos investimentos destinados ao PMCMV.

No atual governo de Jair Messias Bolsonaro, com a adoção de um projeto neoliberal ultraradical, tem-se buscado a execução radicalizada da pauta neoliberal através de reformas que resultam na retirada do Estado da cena econômica, o esvaziamento de políticas sociais, privatização, sucateamento dos serviços públicos e desmanche de direitos. Percebe-se que, embora o projeto neoliberal não contemple os interesses da classe trabalhadora, o seu discurso doutrinário tem se afirmado de forma ampla na sociedade, conseguindo o governo assim, apoio em suas reformas.

A política de austeridade fiscal que vem sendo adotada pelo governo tem impactado diretamente nas políticas urbanas, tendo em vista os cortes de recursos destinados às cidades para a promoção de habitação, saneamento, mobilidade, entre outros. O que resulta, como aponta Carlos (2020, p. 10), no “[...] aprofundamento de uma crise social urbana de grandes proporções vividas no Brasil a partir da radicalização do modelo neoliberal orientando as políticas públicas que, sistematicamente, vem erodindo os gastos sociais do governo [...]”.

Na área habitacional, o PMCMV veio sofrendo consideráveis cortes nos seus recursos,



possuindo na atual gestão o menor orçamento da sua história. A sua extinção foi anunciada em agosto do presente ano, com a publicação da Medida Provisória 996/2020 que instituiu o Programa Habitacional Casa Verde e Amarela.

Dessa forma, tendo em vista as atuais tendências do governo estima-se que os impactos da austeridade fiscal na política de habitação de interesse social serão consideráveis no país.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada em dados secundários como artigos científicos, teses e dissertações.

A pesquisa bibliográfica é indispensável nos estudos históricos, a sua escolha justifica-se pela possibilidade de análise do objeto em períodos históricos distintos e por permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito amplas.

A pesquisa documental, configura-se enquanto um procedimento metodológico decisivo, pois como afirma Gil (2002, p. 43) “[...] os documentos constituem fonte rica e estável de dados”. Visando assim, o acesso às fontes pertinentes, que representam um dos principais caminhos de concretização da investigação. A mesma foi realizada em documentos oficiais do governo a nível federal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o governo Michel Temer o PMCMV veio sofrendo com a diminuição no seu aporte de recursos, realidade que se tornou ainda mais aguda no atual governo. Até o ano de 2018 a média de recursos destinados ao PMCMV eram de um somatório de R\$ 11,3 bilhões por ano, contudo, até julho de 2019 o programa havia recebido apenas R\$ 2,6 bilhões do Tesouro Nacional, uma quantia bem menor do que a dos anos anteriores (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Na proposta de orçamento elaborada pelo governo Bolsonaro para o ano de 2020 o orçamento destinado para o programa despencava de R\$ 4,6 bilhões em 2019 para R\$ 2,7 bilhões. Desde a sua criação, sob o atual governo, o programa teve o menor orçamento da sua história. Isso porque, com um projeto neoliberal mais radical, o governo tem reduzido os recursos de ações voltadas às famílias de baixa renda e de medidas que buscam reduzir as desigualdades, e o maior corte ocorreu no PMCMV.



A situação se agrava ainda mais com a proposta de orçamento para esse ano, com o corte de 98% dos recursos destinados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), responsável pelo financiamento para as famílias de baixa renda. O orçamento inicialmente previsto pelo Congresso, de R\$ 1,540 bilhão, foi praticamente zerado, chegando a R\$ 27 milhões (UOL, 2021).

Segundo afirmou o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o mesmo não firmará mais contratos de unidades da faixa 1 — agora chamada de grupo 1, voltado para famílias com renda familiar de até R\$ 2 mil — porque ainda há muitas obras em andamento, o que sinaliza o fim de contratações para habitações de interesse social (BBC, 2020). É importante destacar que é nesse grupo que está concentrado quase 90% do déficit habitacional do país (FJP, 2019).

Contudo, segundo afirma o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, essa redução drástica dos recursos não afetará apenas novas contratações, mas também as obras que já estão em andamento (UOL, 2021).

É importante destacar que a diminuição drástica dos recursos para a habitação de interesse social ocorre em um contexto de pandemia, onde o acesso a moradia é de vital importância para a garantia de uma segurança sanitária. A pandemia do novo Corona vírus aprofunda as contradições do capitalismo em sua fase neoliberal ultraradical, contexto em que as contradições urbanas e sociais se tornam ainda mais mortais.

A pandemia agravou a crise econômica existente, aumentando a população em situação de rua a quase 222 mil brasileiros em março de 2020 (IPEA, 2020). Além de trazer à tona as condições precárias de moradia ao qual estão expostos um grande número de famílias no país, condições essas que negam uma segurança sanitária. Tornando-se assim, de vital importância maiores investimento na política de habitação de interesse social.

No entanto, no que diz respeito ao novo programa, o perfil das propostas apresentadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional demonstra um alinhamento à política econômica desenhada por Paulo Guedes, de caráter neoliberal, que coloca à margem as políticas sociais fundamentais a maior parte da população brasileira.

Além disso, a criação do novo programa habitacional não passou por um amplo processo de consultas e debates com os setores interessados da sociedade civil. As informações disponíveis até o momento apontam para a descontinuidade da produção subsidiada para as famílias de baixa renda, a ausência de políticas amplas nas modalidades de Regularização Fundiária e de Melhorias Habitacionais com ATHIS e a aproximação do setor imobiliário e o mercado financeiro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que o avanço do neoliberalismo no mundo tem provocado grandes transformações em todas as esferas da vida, com destaque das que vem ocorrendo no âmbito do Estado, do mercado de trabalho e no espaço urbano.

No Brasil, a sua implantação se deu a partir dos anos de 1990 no governo Collor, e com o passar do tempo foi ganhando adesão dos governos que se seguiram. A variante neoliberal ultrarradical do governo Bolsonaro tem impactado de forma significativa as políticas públicas e o espaço urbano, resultando na redução drástica dos gastos sociais e na reestruturação do espaço.

No tocante ao urbano, percebe-se a drástica diminuição dos recursos públicos destinados as principais políticas urbanas, com destaque para a de habitação de interesse social. O PMCMV, principal programa habitacional do país, passou a sofrer com a drástica diminuição dos seus recursos desde o governo Temer, sendo extinto no atual governo.

O Casa Verde e Amarela, novo programa habitacional do governo federal, tem recebido baixos recursos para o seu orçamento, não apresentando uma produção habitacional significativa.

Assim sendo, diante das atuais tendências do governo, percebe-se os consideráveis impactos da austeridade fiscal na política de habitação de interesse social no país, que culmina na negação do acesso ao direito à moradia digna no país.

A negação do direito à moradia digna ocorre em um momento pandêmico, em que muitas famílias perderam suas rendas e sofrem com despejos ou com moradias em condições precárias. Em um contexto como esse, o investimento em habitação de interesse social apresenta caráter de urgência, visto que o acesso a moradia adequada é de vital importância para uma segurança sanitária.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BBC. **Casa Verde e Amarela: o que pode mudar na versão bolsonarista do Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/01/casa-verde->



e-amarela-o-que-pode-mudar-na-versao-bolsonarista-do-minha-casa-minha-vida.shtml>.

Acesso em: 9 de setembro de 2020.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Tradução de Juliane Bianche Leão. Zazie Edições, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Revolução” no Cotidiano Invasado pela Pandemia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em:

<<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

FILHO, Alfredo Sad; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

FJP. **Déficit Habitacional e Inadequação de Mordias no Brasil**: principais resultados para o período de 2016 a 2019. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Cartilha_DH_compressed.pdf. Acesso em 15 de maio de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPEA. **Nota Técnica**: estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

MARICATO, Ermínia. BR Cidades: um projeto para as cidades do Brasil. IN: Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. **Cadernos de Análises da Conjuntura**. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.



PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais.** Disponível em: <

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

ROLNIK, Raquel. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil: depoimento. [fev. 2012]. São Paulo: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 5, n.55, p. 4-6. Entrevista concedida a Luís Brasilino.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 451, 1995.

UOL. **Governo corta 98% dos recursos do orçamento para novo Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2021.